



O Medo e a Mídia: a Equação Perigosa da Segurança Pública do Rio de Janeiro ¹

Tatiana LIMA²
Silvia PIMENTA³
UniverCidade, RJ

RESUMO

O trabalho desenvolve uma análise da **cultura do medo** que permeia a cobertura da mídia sobre violência, segurança pública e as ações policiais nas favelas. Procuramos mostrar que esta cobertura exerce uma forte influência com relação às políticas públicas e sociais a serem adotadas nos locais de moradia da população pobre do Rio. A chacina do Complexo do Alemão, ocorrida em 27 de junho de 2007, é o objeto de estudo desta análise. A cobertura realizada do episódio pelo jornal O Globo servirá para ilustrar esse cotidiano fabricado nas páginas de jornal, tanto pelo poder público, que utiliza o medo como ferramenta política, como pela imprensa, que usa o medo como um produto de marketing. É a equação perigosa da segurança pública da qual a população do Rio de Janeiro é refém.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura do medo; chacina do Alemão; mídia impressa; O Globo.

INTRODUÇÃO

Entre maio e agosto de 2007, a população fluminense pode acompanhar, pela mídia impressa, noticiários de uma guerra particular travada entre o Estado e supostos “traficantes” no Conjunto de Favelas do Alemão e na Vila Cruzeiro, Zona Norte do Rio de Janeiro. No período de quatro meses, ocorreram 44 mortes e 81 pessoas ficaram feridas durante incursões policiais. Apenas no dia 27 de junho, em uma ação planejada pela Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, foram mortas oficialmente 19 pessoas e 17 ficaram feridas.

Esta ação policial recebeu um tratamento espetacularizado do Estado e da imprensa carioca, em especial do jornal *O Globo*. Através da análise das matérias no jornal *O Globo*, no período de quatro meses (Maio/Agosto de 2007), além de comentários postados por leitores no portal e na versão impressa do jornal *O Globo*, sendo possível afirmar que o mito

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 12 a 14 de maio de 2011.

² Graduada do Curso de Jornalismo da UniverCidade-RJ, email: tatianalima@limao.com.br.

³ Doutora em Filosofia, Professora Titular da UniverCidade



da imparcialidade, amplamente defendido por esse veículo jornalístico, não foi praticado na cobertura do episódio⁴.

O noticiário produzido por *O Globo* em 28 de junho daquele ano possui uma linha editorial de defesa da política do governo do Estado e da estratégia de segurança pública implantada a partir de 2007 nas favelas do Rio de Janeiro pelo governador Sergio Cabral e pelo secretário de Segurança Pública José Mariano Beltrame. Pode-se dizer que *O Globo* foi parcial e omissivo no papel de social de informar a sociedade com isenção e a cobertura das ações policiais no período descrito recebeu um tratamento sensacionalista.

A morte de elevado número de pessoas a luz do dia pela Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMERJ) e as evidências de execuções sumárias, tais como: relatos de moradores da comunidade feitos a ONGs e denúncias feitas pela Comissão de Direitos Humanos e Justiça da Ordem dos advogados do Brasil do Rio de Janeiro (OAB-RJ), além do pequeno número de drogas e armas apreendidas (menos de uma arma por pessoa morta)⁵, não serviram de “motivação” para os jornais alterarem o enquadramento do noticiário produzido.

Somente a partir de 13 de julho, passados vinte dias – data da divulgação de um laudo independente feito a pedido da OAB-RJ⁶ sobre as circunstâncias das 19 mortes decorridas da ação policial – é que se pode observar na cobertura de *O Globo* sinais de um desalinhamento editorial político em relação ao discurso do Poder Público, o que trouxe uma oscilação entre duas tendências: ora apenas factual, sem estabelecer ou contextualizar a notícia (o que interfere diretamente na formação da opinião pública), ora ponderando sobre as circunstâncias dos acontecimentos de um determinado dia.

Contudo, é fundamental ressaltar que essa mudança de enquadramento da notícia se inicia apenas após dois meses de cobertura ininterrupta com viés editorial em consonância com uma *agenda* estabelecida pelo Poder Público. Portanto, por mais que se tenha sido realizado um sutil acerto no enquadramento do noticiário, será a versão oficial do Estado e da polícia fluminense – que negam sumariamente a ocorrência de uma chacina no Complexo do Alemão – que ficará registrada nos documentos históricos como os jornais, que contam, a partir daquela data, a história da imprensa e da cidade do Rio de Janeiro.

⁴ Ao todo foram analisadas 162 matérias e 230 comentários publicados no jornal e postados no site de *O Globo*, sendo 55 comentários postados no espaço do *Blog Repórter de Crime*.

⁵ Conforme dados extraídos da notícia do jornal *Fazendo Media*, publicado em 4 de agosto de 2007. A secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro foi procurada para ratificar os dados informados na reportagem. Porém, até o fechamento desta pesquisa, o pedido não foi respondido pelo órgão público.

⁶ Relatório técnico da visita de cooperação técnica – rio de janeiro (RJ), julho de 2007. Acessado em 2/10/2010. Disponível em http://marcelofreixo.com.br/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=242&Itemid=44.



Além disso, a versão oficial da polícia permaneceu até hoje registrada no imaginário coletivo da população fluminense e consolidou uma opinião pública que, sobretudo, preza pela segurança da cidade reconhecida como “legal”, ou seja, a cidade que foi concebida no “asfalto” e não nos espaços conhecidos de relevos ou planos da cidade denominados favelas.

Desta forma, o nosso primeiro objetivo é definir as características da cobertura da Chacina do Alemão⁷, especialmente no que diz respeito ao processo de produção da informação, no enquadramento da temática social da política pública de segurança, mostrar como a cultura do medo permeia esses espaços e, por fim, de que forma esse comportamento da imprensa – tendo como exemplo o jornal *O Globo* – cria uma equação perigosa entre Estado e Mídia.

PRODUÇÃO DA NOTÍCIA

Oficialmente, a ação ocorrida no Complexo do Alemão é chamada pela cúpula da Segurança Pública do Rio de Janeiro e imprensa pelo nome de “Megaoperação”. Porém, a incursão teve diversos nomes: “Batalha do Alemão” (bordão usado pelos agentes das forças policiais), “A guerra contra Canudos do Mal”⁸, termo usado pelo jornalista Jorge Antônio Barros, no blog *Repórter de crime*, hospedado no portal de notícias do jornal *O Globo*, em alusão ao Conjunto de Favelas do Alemão e “Chacina do Pan”, uma perspectiva trazida pelo advogado Nilo Batista em notícia publicada em *O Globo*, na coluna do jornalista Ancelmo Góis, em 4 de julho de 2007. Este termo também foi usado pela secretária-geral do Instituto Carioca de Criminologia, Vera Malaguti, em entrevista ao portal *Correio da Cidadania*⁹. Essa referência à ação policial ganhou ainda mais força quando o comandante geral do 16º Batalhão de PMERJ, à época, afirmou que “O ano de 2007 será marcado por três pes: Pan, PAC e pau”¹⁰. A partir daí, a megaoperação estará permanentemente associada pelos movimentos sociais e de direitos humanos, além de moradores do Complexo do Alemão, aos Jogos Panamericanos. Para eles, a chacina do Alemão foi um cerco violento às favelas realizado para assegurar a “paz” da cidade “formal” no período de realização dos jogos.

⁷ Chacina do Alemão foi o termo escolhido para mencionar o episódio durante todo o estudo, pois é desta forma que a ação policial é mencionada pelos moradores da região, principais atores das consequências do fato

⁸ A notícia “A ofensiva da polícia contra a Canudos do Mal”, foi publicado no blog *Repórter de Crime*. Disponível em http://oglobo.globo.com/rio/ancelmo/reporterdecrime/post.asp?cod_Post=63634&a=135. Consultado em 23/08/2010.

⁹ “Chacina do Pan’ consolida agenda da criminalização dos pobres”, publicado em 4 de julho de 2007. Acessado em 7/7/2010. Disponível em <http://www.correiocidadania.com.br/content/view/566/9/>.

¹⁰ Em notícia publicada em 17 de novembro, em *O Globo*.



PRODUÇÃO DO MEDO

São processos de higienização do “mal”, de extermínio do que se subentende como “doença” e do perigo considerado como “intermitente”, que pode emergir a qualquer momento das classes pobres. É o processo de construção do mito das “classes perigosas”, explicado por Cecília Coimbra em seu livro *Operação Rio*. O mesmo usado pelo escrito Zuenir Ventura no livro *Cidade Partida*, que defende que a favela é um espaço de terra que não faz parte da cidade formal e, portanto, o Rio de Janeiro, é uma cidade partida. É uma cultura do medo enraizada que discrimina, mas que principalmente criminaliza a pobreza.

Segundo o sociólogo Barry Glassner, o medo cresce proporcionalmente à culpa inconfessa. Para ele, sociedade e governos em comunhão se utilizam do medo como instrumento para escapar de suas responsabilidades perante as decisões sociais, seja em suas relações pessoais ou em suas posições políticas – o que traz mais problemas do que soluções para a sociedade. Como diz Glassner no livro *Cultura do Medo*:

“Ao se cortar gastos com programas educacionais, médicos e antipobreza para os jovens, comete-se grande violência contra eles. Porém, em vez de se enfrentar a responsabilidade coletiva, projeta-se a violência contra os próprios jovens e contra estranhos que se imagina que irão atacá-los. Quanto mais as pessoas sentem medo da criminalidade, mais punitivas são suas atitudes em relação a criminosos jovens, revelam estudos, e os políticos capitalizam essa correlação para construir mais prisões¹¹.”

De acordo com Glasnner, no mundo ocidental o ser humano já nasce numa cultura do medo. Desde pequeno temos medo de tudo. Medo do escuro, de sujar a roupa, de ficar sem sobremesa, etc. Mas esses medos são os medos naturais que fazem parte do processo de descoberta e adaptação, inerentes ao ser humano. Contudo, o medo que serve de objeto deste trabalho, é outro. Trata-se de um medo que tem se tornado uma companhia diária para todos nós e cuja presença não é natural. De acordo com Glassner, em nenhum momento da história do mundo, na maioria das sociedades contemporâneas tantas pessoas tiveram tanto medo. E essa onda de histeria e pânico não faz parte do processo natural de medo da morte.

Esse medo coletivo advém de um processo que se renova todo dia. A todo o momento surge uma nova ameaça. Pode ser de um atentado dentro do avião ou ônibus, uma bactéria de letalidade sem precedentes, de gangues de jovens que andam na rua somente com o objetivo

¹¹ GLASSNER, Barry. *Cultura do Medo: Por que tememos cada vez mais o que deveríamos temer cada vez menos*. São Paulo, editora Francis. p.137



de fazer vítimas de sua raiva reprimida, de um assalto, sequestro etc. Enfim, de sermos vítimas de um crime. É o medo da morte em virtude de uma ação de violência.

A política pública de segurança do Rio de Janeiro, em especial, no período aqui visado – o primeiro ano do governo de Sergio Cabral – tem o confronto armado ao tráfico de drogas, o uso sistemático de uma polícia reativa a ações criminosas e a promoção de violentas operações policiais como eixos principais em sua estratégia de combate ao crime. Em geral, a imprensa serviu de alicerce a este delicado tripé transformando qualquer ação policial em peça de marketing do governo e cada vez mais “midiatizando” a Polícia Militar do Rio de Janeiro e o medo no dia a dia da população.

O medo da violência está presente principalmente na classe dominante da cidade, que com medo, se fecha em condomínios de luxo (ou meramente de classe média), em casas com equipamentos de segurança, carros blindados etc. O resultado são os constantes conflitos não só entre polícia e traficantes, mas também entre os diversos nichos de uma mesma sociedade, que não se enxerga como sendo única. Acreditam que existam cidades paralelas e, por isso, devem receber tratamentos dos governos diferenciados, acreditam que existam cidadãos inferiores. Essa percepção é fácil de ser observada quando se lê as matérias veiculadas pelos jornais. A violência está ali como personagem principal com todas as suas nuances e subjetividades, em cada recorte dado pela mídia. Luzia Fátima Baiarl definiu em sua tese de doutorado a representação do *medo social*:

A violência urbana tem ampliado o que denominamos medo social. Medo esse construído socialmente e que afeta a coletividade. Trata-se do medo utilizado como instrumento de coerção por determinados grupos que submetem pessoas aos interesses deles. O medo social vem alterando profundamente o território e o tecido urbano e, conseqüentemente, a vida cotidiana da população. Todos se sentem afetados, ameaçados e correndo perigo. Ameaças reais, vindas de sujeitos reais, são contrapostas às ameaças potências típicas do imaginário singular coletivo, produzido pelos índices perversos do crescimento da violência nas cidades. Isso agrava pela forma como esses índices são veiculados e tratados pela mídia, pela fala corriqueira do crime e, principalmente, pela ineficiência e impunidade no papel da polícia e do Estado frente à questão social. Os sentimentos generalizados são de insegurança, ameaça, raiva, ódio, medo e desesperança.¹²

Em especial no Rio de Janeiro, existe uma lógica urbana que a qualquer momento podemos ser alvo de um crime. Um destes maiores mitos é o de que qualquer pessoa em qualquer lugar na cidade pode vir a morrer de bala perdida. Esse medo é tão enraizado no carioca que podemos inclusive inventar, por exemplo, que conhecemos alguém que morreu de bala perdida durante um assalto no Leblon. É bem provável que alguém não só acredite na

¹² BAIERL, Luzia Fátima. *Medo Social: Da violência visível ao invisível da violência*. São Paulo, Editora Cortez. p. 20



história como vai conte que tem um amigo, namorado, tio ou afim, que viram ou souberam desse “caso”. Isso quando ela mesma não foi a protagonista de uma história parecida, pois foi quase vítima também de uma bala perdida. Há uma predisposição das pessoas em acreditar em boatos. Principalmente, se o boato parecer supostamente factível e relacionado a crimes sustentando um medo.

Mas será que um morador do Leblon tem as mesmas chances de morrer de bala perdida que um morador, por exemplo, de Duque de Caxias? Será que a violência no Rio de Janeiro é homogênea em todas as partes da cidade? Será que a moça da tevê tem razão quando começa o telejornal com uma notícia que diz nas entrelinhas “olha cuidado quando sair de casa”? Será que de fato estamos à beira de um colapso, vivemos uma guerra? Por que as pessoas têm tanta predisposição em acreditar que podem ser vítimas de crimes e ações violentas? A resposta está no noticiário. Seja na tevê, no rádio ou no jornal, o noticiário de crime está presente e é constantemente publicizado, repetido e informado: uma e mais quantas vezes for necessário.

DESDOBRAMENTOS DO MEDO

Segundo Barry Glassner, pode-se entender como “cultura do medo”¹³, todas as situações fabricadas por alarmistas, tendo como seus protagonistas a imprensa escrita, próprios profissionais de mídia, os jornalistas, os grupos ativistas, os empresários, a religião, os políticos. Glassner ressalta sobre a existência de exceções. Porém, para o sociólogo a prática de destacar crimes, enfatizando a violência, adulterando números, dados estatísticos, manipulando a informação, dominando o noticiário e, principalmente, aproveitando-se das limitações das pessoas para vender o pânico como produto, coloca a imprensa e os jornalistas como os principais divulgadores da cultura do medo.

Glassner distinguirá em seu estudo os medos “válidos”, aqueles que são necessários ao ser humano porque alertam sobre o perigo; e os medos “falsos ou exagerados”, aqueles amplamente divulgados pelos protagonistas da cultura do medo citados acima, em especial a mídia através dos discursos dos representantes do *poder público* e das *escolhas editoriais*. É o caso da reverberação da cultura do medo na cobertura de crime e violência no Rio de Janeiro realizada pela mídia. Uma realidade cotidiana fabricada nas páginas dos jornais, uma parceria entre Estado – que utiliza o medo como uma ferramenta política – e a imprensa –

¹³ Para este presente estudo será utilizado como definição de “cultura do medo”, a concepção do sociólogo Barry Glassner, professor titular da Universidade da Califórnia do Sul. GLASSNER, Barry. *Cultura do Medo: Por que tememos cada vez mais o que deveríamos temer cada vez menos*. São Paulo, editora Francis.



que faz uso do medo como estratégia de marketing para vender seu produto (sensacionalismo) – tendo como protagonista o drama social da segurança pública dos cidadãos e cidadãs fluminenses.

O USO DO MEDO E O MEDO DA MÍDIA

Um exemplo dessa fabricação é o uso da palavra *guerra*. Do dia 1º de maio a 28 de junho, a palavra foi publicada 105 vezes em matérias de *O Globo*. Até as medidas de segurança dos profissionais se tornaram pauta para legitimar o *status quo* dessa “guerra”.

Há dois meses, alguns repórteres de o GLOBO estreadam coletes à prova de balas, ao cobrirem o front de guerra em que se transformou o Catumbi, durante um violento confronto entre polícia e traficantes, que durou assombrosas 15 horas. O acessório, que ainda era novidade para uma parte da equipe, virou item obrigatório do vestuário de repórteres que há longuíssimos 50 dias se revezam na cobertura dos tiroteios diários no Complexo do Alemão.¹⁴

Glasnner diz que uma das pistas para compreender o comportamento da mídia é avaliarmos a enorme diferença entre as reportagens eletrônicas e as da imprensa escrita. “Os repórteres de televisão preocupam-se com as cenas do aqui e agora; os jornalistas da imprensa escrita tendem a metaforizar os temas de suas reportagens e conectá-los a fenômenos de que estão distantes, seja por não entendê-los seja por não saber lida a contento com eles”¹⁵. Ele exemplifica: “as ruas das cidades americanas certamente são mais seguras do que as de qualquer cenário de guerra no mundo, mas algumas reportagens não cansam de compará-las”¹⁶. Qualquer semelhança não é coincidência.

Assim como no EUA, os repórteres da imprensa fluminense adoram traçar analogias entre países em guerra e a realidade das ruas cariocas. A cidade de Bagdá, no Iraque, é a preferida na lista das cidades a ganharem comparações com a violência do Rio.

Porém, a consolidação da lógica de guerra publicizada a partir deste enquadramento, sendo repetida exaustivamente, pode se tornar uma realidade ou uma “verdade” acreditada. Ou seja, a partir da aceitação do *status quo* de guerra transmitida pela mídia, a opinião pública aceita medidas repressivas que geram resultados questionáveis. Essa tendência é apontada por Glasnner:

¹⁴ Coluna Por Dentro do Globo, “Cobrindo a guerra carioca”, publicada em 20 de junho de 2007.

¹⁵ GLASNNER, Cit op., p 13

¹⁶ GLASNNER, Cit op., p 13



Desse modo, políticas públicas totalmente insanas passam batidas enquanto a atenção da sociedade se concentra na insanidade de alguns indivíduos isolados. Sugerir que todos os americanos (ou brasileiros) estão submetidos ao mesmo risco de serem vítimas de homicídio é simplesmente aumentar a já altíssima taxa de ansiedade entre pessoas sujeitas a baixo risco. Tanto nos Estados Unidos como o Brasil, o lugar da pobreza é o lugar da incidência do homicídio. E algumas comunidades populares de SP a taxa de homicídio chega a 150 por cem mil habitantes, quase três vezes a média da região metropolitana de SP.¹⁷

Porém, o problema da cobertura de *O Globo* está além do constante uso da palavra guerra. É possível afirmar que há um enquadramento da cobertura e da linha editorial pautada a partir do *status quo* da guerra e em um estado de guerra é importante ressaltar que a primeira vítima é a verdade.

A manipulação da imprensa é a primeira arma não convencional a ser usada. Faz parte do arsenal das situações e procedimentos aceitáveis para se ganhar a guerra. Então, quando se fala em guerra aos traficantes de drogas ou quando se diz que estaria em curso uma guerra civil no Rio de Janeiro, é realizado um enquadramento político através da semântica e linguagem.

Sob o ponto de vista dos direitos humanos e da função social condicionada ao jornalismo essa opção de enquadramento é altamente preocupante, pois o constante uso da palavra guerra – e foram mais de cem vezes em toda a cobertura – se produz um efeito de desumanização da vítima, seja ela um morador de favela ou de um espaço “formal” da cidade ou ainda, um dos atores sociais que estão na linha de frente desta suposta guerra: traficantes e policiais.

Além disso, um enquadramento que defende a lógica de guerra em um meio midiático de prestação de informação e formador de opinião, produz subjetividades do real. Essas subjetividades criam identidades e fluxos na opinião pública que provoca uma sombra das necessidades da sociedade. Principalmente porque as informações importantes estão nas mãos de poucos.

A mídia funciona organizando diversos e diferentes fluxos de acontecimentos; pela via do espetáculo, das formas dramáticas e sensacionalistas produz as “identidades”, as simpatias, os prós e os contras. À medida, portanto, que organiza os múltiplos fluxos de acontecimentos, a mídia hierarquiza os temas, selecionando os que deverão ser do conhecimento público e, dentre estes, os que deverão necessariamente se discutidos, debatidos, pensados.¹⁸

¹⁷GLASNNER, cit op.,13

¹⁸ COIMBRA, cit op 157



Agora se a palavra “guerra” desumaniza por um lado os traficantes, ela também desumaniza as condições do conflito a partir da disposição contra o microinimigo. Torna-se aceitável toda e qualquer ilegalidade nas ações policiais Tudo é aceitável. A opinião pública – em especial a classe média – facilmente aceita e aplaude possíveis execuções sumárias que possam ser realizadas pelos policiais a partir do discurso da guerra, tendo a morte naturalizada em nome de uma guerra que não na realidade não existe, porque ninguém declarou. Mesmo assim, independente dessa existência a partir de uma naturalização provocada pelas subjetividades criadas imprensa que existe um guerra um morador de comunidade pobre pode por se encaixar dentro de um perfil de um suposto traficante ser morto.

Apenas o uso o uso da palavra guerra nos textos jornalísticos das matérias publicadas em *O Globo* não criariam essas subjetividades ou esse *status quo* de guerra, mas como essa subjetividade é realizada através do enquadramento que ocorre com o uso de recursos de fotos, títulos, aspas e legendas, palavras e expressões como “Guerra do Rio”, que se tornou um slogan publicado como um selo em matérias sobre ações policiais em favelas.

Uma fonte de *O Globo* revelou que não concorda com o uso da linguagem e da palavra guerra para se referir aos episódios de conflito nas favelas do RJ. “Acho errado essa expressão “Guerra do Rio”. Essa expressão traz várias possíveis distorções, dentro do discurso dos jornais e do discurso da polícia. Mas sou voto vencido aqui”, confessou.

É necessário ainda avaliar que essa equação se torna especialmente perigosa porque a voz dos atores prejudicados dessa guerra não está presente nas aspas dos jornais. O padrão histórico nos mostra que guerras são sempre contadas através do discurso dos vencedores. E no caso da “Guerra do Rio”, os vencedores são as esferas governamentais: federal e estadual (representadas pela figura pública do secretário estadual de segurança pública José Mariano Beltrame, do governador Sérgio Cabral, dos comandantes dos batalhões das polícias Civil e Militar, do presidente da república Luís Inácio Lula da Silva, além dos próprios jornais através da fala de seus editoriais e artigos de seus articulistas e colunistas).

Essa teoria é mais fácil ser visualizada quando nos norteamos por exemplos empíricos, ou seja, reais. Em dois dias de cobertura (28/06/07 e 29/6/07), 16 das 17 cartas dos leitores selecionadas pelo jornal *O Globo* para serem publicadas no espaço *Carta dos Leitores* elogiavam a operação policial e 95% de suas matérias apoiavam a ação da polícia. Nos 5% restantes do espaço do jornal, espremiavam-se as denúncias da OAB, de moradores e de ONGs sobre violações de direitos humanos cometidas pelas polícias do governo do estado e do governo federal.



Essa narrativa de bastidores serve para ilustrar como medos são propagados e amplificados pela mídia, alguns são até pautados por ela.

Toda análise da cultura do medo que ignora a ação da imprensa ficaria evidentemente incompleta. Entre as diversas instituições com mais culpa por criar e sustentar o pânico, a imprensa ocupa indiscutivelmente um dos primeiros lugares. Ela também é uma das candidatas mais promissoras a uma mudança positiva. (..) ¹⁹.

PRODUÇÃO DO MITO

Essa fabricação feita tijolo a tijolo todos os dias metaforizando a construção de uma casa pode ser observada a partir das manchetes das notícias “Guerra chega ao Alemão” (5/5/07), “Balas perdidas aterrorizam moradores” (8/5/07), “Cercos afrouxa e tráfico se reforça” (14/5/07), “Barricadas do tráfico voltam às ruas” (16/5/07), “Sangue volta a correr na Penha” (14/6/07). O enquadramento do periódico é sensacionalista e constrói o medo no imaginário coletivo. Glasnner explica:

O enquadramento dado a um tema pode influenciar as distintas etapas do processo de construção de significados sobre políticas públicas, por exemplo, pelos diferentes atores envolvidos. As políticas públicas sociais, em geral, não são inseridas nos espaços que a imprensa destina à chamada *high politics*, ou seja, os cadernos de política e economia. “Enquadrar”, portanto, significa selecionar alguns aspectos de uma realidade e fazê-la mais saliente em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema – incitando assim uma interpretação do item noticiado. Portanto, vamos avaliar o enquadramento das manchetes de capa dos jornais *O Globo*, em 28 de junho a respeito da megaoperação no Alemão.

Manchete 1, de *O Globo*: “Polícia invade alemão e mata 19. Ação mobiliza 1.350 agentes e localiza paióis com munição de metralhadoras antiaéreas”. Invadir é uma palavra do vocabulário de guerra. Invade-se territórios hostis. Claro, existem traficantes na área que de fato não querem a presença da polícia ali. Mas fazendo uma comparação com o discurso da polícia comprado pela imprensa no caso da política das Unidades de Polícias Pacificadoras (UPP), em nenhum momento a palavra *invadir* é utilizada – nem mesmo quando o Batalhão de Operações Especiais se desloca para a Favela no começo da implantação da UPP, a palavra *invasão* é utilizada.

Se analisarmos a ocorrência de homicídios dolosos entre os anos de 1991 e 2008, no Rio de Janeiro, perceberemos que os índices de homicídios ao contrário do que se supõe,

¹⁹ GLASNNER, cit op.,15



diminuíram. Em 1993 a taxa de homicídio doloso estava em 73,9%. Essa taxa foi progressivamente atenuando até chegar ao índice de 15,9% em 2008.

O que ocorreu foi que as tentativas de homicídios apresentaram aumento. Em 1993 eram de 10,1%. Chega à taxa de 30,5% em 2003. E, a partir desse mesmo ano começam a cair novamente atingido a taxa de 11,1%. O número de encontro de cadáver apresenta aumento enquanto o de ossadas não varia muito. O número de pessoas desaparecida apresenta aumento. Muitas são pessoas que não querem ser encontradas e fogem, somem de fato. Outras são casos de crimes inclusive com do tráfico de drogas. Porém, em geral, todos os índices demonstram uma queda de crimes praticados contra a vida. A única exceção são os homicídios tipificados de auto de resistência. Esses homicídios batem recorde. No primeiro semestre do ano de 2000, por exemplo, foram praticados 110. Já no mesmo período de 2008 são praticados 472 autos de resistência no Rio de Janeiro. Esse número chama particularmente atenção, porque essa tipificação só existe no Brasil. A classificação de um homicídio como auto de resistência acarreta uma sombra nos índices de homicídios dolosos.

Mediante a pesquisa, podemos afirmar que a sensação transmitida de caos e colapso na cidade não é verdadeira e tampouco homogênea. Não existe uma epidemia de crimes na cidade. O problema da violência no Rio é localizado na capital, principalmente na região Leopoldina. Inclusive é nessa parte da cidade onde acontece a maior parte dos autos de resistência. Também é nesta região da cidade onde se concentra a maior parte da moradia da população pobre.

Portanto, dizer que um morador da zona sul do Rio tem as mesmas chances de morrer por bala perdida ou por assassinato não é um retrato da realidade. Se analisarmos os índices de homicídios ocorridos em Ipanema, a taxa se parece com os índices da Suécia.

EQUAÇÃO DO MEDO

Historicamente, o medo sempre esteve presente na vida de todas as comunidades humanas. Portanto, sempre foi uma das principais ferramentas de ação política em todas as épocas. Política é encontrar soluções para governar a sociedade, ou seja, resolver problemas, acomodar interesses, mediar opiniões diferentes, trabalhar em função de um ou outro grupo.

A política, como forma de atividade ou de práxis humana, está estreitamente ligada ao de poder. O poder político é o poder do homem sobre outro homem, descartados outros exercícios de poder, sobre a natureza ou os animais, por exemplo. Poder que tem sido tradicionalmente definido como "consistente nos meios adequados à obtenção de qualquer



vantagem"²⁰ (Hobbes) ou, como "conjunto dos meios que permitem alcançar os efeitos desejados" (Russell). Então, podemos dizer que política é gestão. É o fazer a coisa pública. Uma ditadura militar escolhe política o tempo todo e gera uma dinâmica política. No entanto, não é democrática. Uma das formas utilizadas especialmente por governos ditatoriais é o uso da força: é a política do medo. Porém, esse uso não é exclusividade de governos denominados autoritários. Então, o medo sempre fez parte do processo político.

Será Thomas Hobbes, no século XVII, afirma que o medo pra modelar e remodelar a vontade dos seres humanos, sendo utilizado como instrumento para obter apoio no poder. Na verdade, o medo produz consenso fundamental para que o poder possa ser exercido. Na lógica de Hobbes, para escapar do medo da guerra, da morte, das dores do conflito, os súditos do poder soberano aceitariam de “boa” vontade a imposição do *Leviatã*, que representa o poder absoluto e uma figura do imaginário social. É imprescindível dizer que existe uma diferença essencial entre o medo usado como ferramenta política pra governar as massas e o medo individual: o medo de andar de avião, de escuro, de ratos etc. Esses medos não produzem impacto na produtividade coletiva.

“o medo (individual) é uma emoção de choque, frequentemente precedida de surpresa, provocada pela toma da consciência de um perigo presente e urgente que ameaça cremos nós, nossa conversação. Colocado em estado de alerta o hipotálamo reage por uma mobilização global do organismo, que desencadeia diversos tipos de comportamentos somáticos e provoca, sobretudo, modificações endócrinas” (Baierl *apud* Delumeua, 1996: 23)²¹.

Já o medo “político”, ou seja, o que é usado como ferramenta política, diz respeito à organização social da esfera pública como um todo. Ele nasce, portanto, no interior da sociedade e pela sociedade, são dos conflitos existentes na *polis*. Então, os medos variam de época em época histórica. Em geral, este medo sempre é justificado com argumentos que andam de mãos dadas com preconceitos, com a ignorância e com a incerteza do futuro. E esse medo é coletivo, porque está calcado no que não conhecemos no que está longe de nós, no que pode ser uma ameaça ao estado atual das coisas.

No Brasil a difusão do medo do caos e da desordem tem sempre servido para detonar estratégias de segurança pública, de política, para “neutralizar e disciplinar” as massas empobrecidas. Vera Malaguti descreve sobre a Revolta dos Malês:

Esse medo branco que aumenta com o fim da escravidão e da monarquia produz uma república excludente, intolerante e truculenta com um projeto político autoritário.

²⁰ Hobbes, Thomas. *Leviatã*. Capítulo XVII. Das causas, geração e definição de um Estado. Versão on-line extraído do site: www.arqnet.pt/portal/teoria/leviata.html. Acessado em 16/11/2010

²¹ BAIERL, Luzia Fátima. Cit op, p. 40



Essa foi sempre a síndrome do liberalismo oligárquico brasileiro, que funda a nossa República carregando dentro de si o princípio da desigualdade legítima que herdara da escravidão. É por isso que, segundo Neder, “a eficácia das instituições de controle social se funda na capacidade de intimidação que estas são capazes de exercer sobre as classes subalternas”(Malaguti *apud* Neder, Gizlene.p. 5)²²

A chacina do Alemão foi fruto de um modelo de segurança pública “mediatizado” com o viés de um processo histórico social de criminalização da pobreza. O fato de a chacina do Alemão ter sido realizada à luz do dia e diante dos olhares da mídia, pode ser a razão que tenha tornado essa chacina imperceptível para a sociedade e a própria imprensa fluminense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na realidade, o uso da cultura do medo como forma de coerção e controle social através das páginas dos jornais é antigo, mas foi na década de 90 que ele foi se tornando cada vez mais midiático até se tornar inegavelmente um marketing político da atual gestão, que através de uma boa relação como jamais vista antes com a imprensa fluminenses.

Megaoperação é o novo nome de um mesmo padrão de política pública de segurança que consiste em ações repressivas do estado à última ponta do tráfico de drogas: o comércio de drogas nas favelas. Nasce como uma reação a crimes de grande repercussão que se transforma em pauta central para mídia, governo e sociedade. Como explica o sociólogo Ignácio Cano, é um processo de catarse da população que fica em pânico a partir da execução de um crime e da proporção que esse crime foi tratado pela imprensa. O medo instalado é inflamado nos corações e mentes da população, em especial das classes média e alta ou áreas nobres da cidade. No Brasil, há um medo “branco” de que a exclusão social se traduza, em algum momento, em violência.

No noticiário, a imprensa faz “leituras de estatísticas” que comparam a realidade da cidade do Rio com outras de países em guerra. Instaura-se o discurso de ações repressivas, a necessidade de reformulações das leis, de restrição a direitos civis e humanos e da morte como efeito colateral de uma ação policial enérgica para conseguir a “paz”. É exatamente esse *discurso da guerra* que proporcionará o clamor dos jornais e, consecutivamente, da opinião pública pelo auxílio das forças armadas na segurança pública do Rio de Janeiro.

²² MALAGUTI, Vera. *O Medo na Cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história* cit. op.37



Na cobertura analisada em *O Globo*, o enquadramento de guerra é predominante e se sobrepõe a uma produção jornalística informativa além da factual. Não há contextualização da notícia sobre o tema da segurança pública que mostre a raiz da origem da violência na cidade: a falta de políticas públicas sociais e a má distribuição dos recursos para essas políticas.

REFERÊNCIAS

BAIERL, Luzia Fátima. **Medo social**: da violência visível ao invisível da violência. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

BARCELOS, Caco. **Rota 66**: a história da polícia que mata. São Paulo: Record, 1996.

CANELA, Guilherme. **Jornalismo de Políticas Públicas e Sociais**. São Paulo: Andi, 2008.

COIMBRA, CECÍLIA. **Operação Rio**: o mito das classes perigosas. Rio de Janeiro: Oficina do Autor e Intertexto, 2001.

CRUZ, Tércia Maria Ferreira. **Mídia e Segurança Pública**: a influência da mídia na percepção da violência. Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação. Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente**: 1300-1800, uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GLASSNER, Barry. **Cultura do Medo**: Por que tememos cada vez mais o que deveríamos temer cada vez menos. São Paulo: Francis, 2003.

HOBBS, Thomas. **O Leviatã**. Disponível em Das causas, geração e definição de um Estado. Versão on-line extraído do site: www.arqnet.pt/portal/teoria/leviata.html acessado em 10/11/2010.

LONGHI, Naiara. **Sensacionalismo e Jornalismo Popular**: um estudo de caso. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, XXVIII. 2005, Rio de Janeiro. Anais...Rio de Janeiro: INTERCOM, 2005.



MALAGUTI, Vera. **O Medo na Cidade do Rio de Janeiro**: dois tempos de uma história. Editora Renavan

MARTINS, Simone. **Temer o quê?**- Sair de casa ou ligar a TV? Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). V. 38, n. 3, pp. 278-284, set./dez. 2007.

MISSE, M. **Crime e Violência no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

ROLIM, Marcos. **A Síndrome da Rainha Vermelha**: policiamento e segurança pública no século XXI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006.

RONDELLI RONDELLI, Elizabeth. **Imagens da Violência**: práticas discursivas. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 10(2): 145-157, outubro de 1998. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 10(2): 145-157, outubro de 1998. Disponível em <http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v102/imagens.pdf> Acessado em 30/11/2010. Acessado em 10/10/2010

SOUZA, J.P. **As Notícias e os seus Efeitos**. Coimbra: Minerva, 2000.

TRANQUINA, Nelson. **O Poder do Jornalismo**: análise e textos da teoria do agendamento. Coimbra: Minerva, 2000.

THOMPSON, J. B. **A Mídia e a Modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 2001.

VAZ, Paulo; SÁ-CARVALHO, Carolina; POMBO, Mariana. **Risco e Sofrimento Evitável**: a imagem da polícia no noticiário de crimes. E-Compós, 4: 1-22, 2005.

VAZ, Paulo. **Pobreza e Risco**: a imagem da favela no noticiário do crime. Revista Fronteiras. Estudos Midiáticos. São Leopoldo, v7, n.2, p. 95-703, 2005